

Resumo: O artigo pretende demonstrar a relação entre economia solidária, onde estão inseridos os grupos coletivos, e o modelo de desenvolvimento regional no Contestado, em Santa Catarina. É uma breve síntese de alguns aspectos abordados em recente pesquisa de mestrado¹. O destaque para a região delimitada pode ajudar-nos a compreender a importância desses empreendimentos em outras regiões do Estado catarinense. O artigo está assim dividido: a primeira parte trata das diversas concepções e causas do surgimento e articulação da economia solidária no Brasil; depois, analisam-se as principais características da economia solidária na região do Contestado; por último, a partir de entrevista com os próprios trabalhadores e trabalhadoras, apontam-se algumas contribuições e desafios para uma outra economia e desenvolvimento regional.

Abstract: The article intends to demonstrate the relationship between economics based on solidarity, including collective groups, and a model of regional development in the region of Contestado, of Santa Catarina. It offers a brief synthesis of some aspects dealt with in a recent research for the Masters Degree. The focus on a quite limited region may be of help to understand the importance of some enterprises in other regions of the same State. The article is divided up in three parts: firstly, different conceptions and causes are focused upon dealing with the rise and organization of an economy based on solidarity in Brazil; secondly, the basic characteristics of an economic based on solidarity are described in the region of Contestado; thirdly, by consulting the working class some results are being analyzed so as to gather some suggestions and collect some challenges for creating an alternate economy and regional growth.

Economia Solidária na região do Contestado, em Santa Catarina

*Roque Favarin**

* O autor é Padre da Diocese de Caçador e é membro da Cáritas Brasileira/SC.

¹ Cf. FAVARIN, 2009.



Introdução

A região do Contestado, geograficamente, situa-se no meio-oeste catarinense, no alto vale do Rio do Peixe e no Planalto Norte, e também limita-se com o sudoeste do Paraná. Essa região é assim conhecida porque aí ocorreu a guerra do Contestado (1912-1916) e se gerou uma identificação econômica, social e cultural. Ela também se manifesta na organização política do Estado, nas suas diversas instâncias, presentes nesse território regional². A delimitação espacial aqui não se situa apenas nos limites geopolíticos e territoriais, mas acima de tudo, nos limites simbólicos e culturais.

A Guerra do Contestado marca já com conflito e mortes o início do desenvolvimento capitalista na região. Nessa ocasião, parte da elite regional aliou-se aos donos do capital nacional e internacional. Essa minoria conseguiu implantar esse modelo de desenvolvimento para atender somente a seus interesses, inclusive com uso do poder armado e não só político ou econômico. Assim foi o início do desenvolvimento capitalista na região, utilizando-se da força de trabalho da população autóctone, primeiramente dos caboclos e, depois, dos agricultores familiares (colonos). Compreende-se assim a rebeldia e a resistência dessas classes desprezadas, em sua maioria, vindo a eclodir numa guerra. As “cidades santas” e o “pixirum” são consideradas as formas alternativas e coletivas de organização desde os tempos da guerra e muitos elementos incorporados pela agricultura familiar, posteriormente. Com o avanço das forças produtivas do capital, elas foram desaparecendo. Ressurgem agora, nas duas últimas décadas, outras iniciativas, com outro nome. São experiências ainda pequenas, mas que aos mesclarem agroecologia, cooperativismo, autogestão etc, podem apontar para uma economia a serviço da vida.

² A delimitação do MDA, por exemplo, divide a região em dois territórios: 1) o Planalto Norte (exceto Campo Alegre, Itaiópolis, Mafra, Rio Negrinho, e São Bento do Sul) e 2) o Alto Vale do Rio do Peixe (exceto Tangará). Outros dois municípios são: Treze Tílias (ao Meio-Oeste Contestado) e Santa Cecília (ao Planalto Catarinense). A região compreende duas associações de municípios: 1) AMARP e 2) AMPLANORTE. A única exceção nesse caso é Treze Tílias, que pertence a AMMOC. Na divisão política do governo estadual, a região compreende as seguintes Secretarias Regionais e Microbacias: SDR de Videira, SDR Caçador, SDR Canoinhas e SDR Mafra. As exceções são: Treze Tílias na SDR de Joaçaba e Santa Cecília na SDR Curitiba. Enfim, mesmo com as exceções, percebe-se uma delimitação similar de todas elas em duas regiões: Alto Vale do Rio do Peixe, e Planalto Norte. Elas formam a região do Contestado como identidade política e cultural, deixada pelos anos subseqüentes à Guerra.

Na região do Contestado, a economia solidária, que pretendemos descrever, se destaca a partir da década de 1990. Esses empreendimentos surgem a partir das relações com sindicatos de trabalhadores, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, as associações de mulheres, as pastorais sociais, isto é, com fortes vínculos comunitários e sociais. Também surgem como alternativas à crise na agricultura familiar integrada à agroindústria e ao desemprego no meio urbano. O Fundo Rotativo dos Mini-Projetos Alternativos – MPAs³ incentivou várias experiências comunitárias de geração de trabalho e renda a grupos denominados coletivos, com atividades alternativas. Esse Fundo foi implantado no segundo semestre de 1994, em Santa Catarina. O apoio financeiro consiste num empréstimo a ser devolvido em quatro anos, vindo a constituir um fundo que servirá para outros empréstimos a novos empreendimentos. Por isso, o nome de rotativo.



Ilustração 1: Mapa da Localização da Região do Contestado em SC.

³ MPA's foi um programa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Sul IV (abrange o estado de Santa Catarina), em convênio com a Misereor (entidade social da Igreja Católica na Alemanha). Desde 2006, esse programa de apoio passou a ser gerido pela Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina. O programa surgiu no final da década de 1980, a partir de uma interação com os movimentos sociais e objetivando apoiar práticas transformadoras e contribuir na superação da exclusão social. Para efeitos práticos, vamos denominá-lo simplesmente MPAs, como ficou conhecido, e não CNBB Regional Sul IV ou Cáritas Brasileira, as entidades gestoras do programa.



A questão que desafia esse conjunto de práticas chamadas de “economia solidária” é a de perceber até que ponto podem gerar um novo modelo, uma economia baseada na Vida, como práticas sócio-econômicas? Este artigo pretende demonstrar a relação entre economia solidária, onde estão inseridos os grupos coletivos, e o modelo de desenvolvimento regional no Contestado. É uma breve síntese de alguns aspectos abordados em recente pesquisa de mestrado⁴. O destaque para a região delimitada pode ajudar-nos a compreender a importância desses empreendimentos em outras regiões de Santa Catarina. O artigo está assim dividido: a primeira parte trata das diversas concepções e causas do surgimento e articulação da economia solidária no Brasil; depois, analisam-se as principais características da economia solidária na região do Contestado; por último, a partir de entrevista com os próprios trabalhadores e trabalhadoras, apontam-se algumas contribuições e desafios para uma outra economia e desenvolvimento regional.

1 Origens da economia solidária no Brasil

Atualmente no Brasil há inúmeras iniciativas socioeconômicas conhecidas como economia solidária. “São iniciativas associativas, espontâneas, surgidas no movimento social, constituindo uma corrente heterogênea de propostas e iniciativas concretas sob o título genérico de ‘economia solidária’” (GERMER, 2007, p.52).

No intuito de fortalecer essas experiências, foram criadas entidades de apoio, fóruns, articulações, seminários, feiras, conferências⁵. Agregam-se inúmeras entidades da sociedade civil, setores governamentais e empreendimentos solidários, com significativas conquistas, mas também com os limites que essas mesmas experiências trazem no cenário atual.

⁴ Cf. FAVARIN, 2009.

⁵ De um modo geral, conforme a SENAES, há a seguinte diferenciação conceitual: Os empreendimentos de economia solidária, EES, são organizações “coletivas, supra-familiares, singulares e complexas, cujos participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbano e rural, que exercem coletivamente a gestão de atividades como alocação de recursos, com diversos graus de formalização...” (BRASIL, 2006a, p.13) Já as entidades de apoio e fomento, EAF’s, são aquelas organizações que desenvolvem ações nas “várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos e solidários tais como: assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.” (BRASIL, 2006a, p.13)



Nestes quase 30 anos de economia solidária no Brasil, também se pode fazer outra diferenciação conceitual a partir das diversas maneiras de entendê-la. Cada uma delas coincide também com as diversas fases históricas e conjunturais da política e das demandas da sociedade brasileira.

A economia solidária pode ser entendida a partir do **combate à pobreza, à miséria e à fome, à exclusão social**. Luiz I. Gaiger (org.) (1996) apresenta uma discussão sobre os limites, os avanços e a importância das alternativas de combate à pobreza, dentre elas, a economia solidária. Nessa obra, Léo Voigt apresenta a estratégia de uma política social de fomento aos “famiempresários”. É uma política que surge no calor do debate e da mobilização social, sobre o tema da fome no Brasil, nos anos iniciais da década de 1990, mobilização concretizada na “Ação da Cidadania”, pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho)

O desenvolvimento de experiências em economia solidária, como as mencionadas acima, sofreu forte “aceleração em 1994, quando a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida - ACCMV resolveu mudar sua tática e, em vez de apenas distribuir alimentos, passou também a fomentar a geração de trabalho e renda.” Um destaque da Ação foi a criação da Cooperativa de Manguinhos no Rio de Janeiro⁶.

A Cáritas Brasileira contribuiu nesse aspecto incentivando os Projetos Alternativos Comunitários – PACS⁷ com ações sociais voltadas às comunidades locais e excluídas socialmente. Nos primeiros anos, desde a sua fundação, em 1956, desenvolvia um trabalho voltado basicamente na linha da assistência, da benevolência, distribuindo alimentos, remédios e roupas aos mais pobres. Posteriormente mudou o caráter de suas ações, passando para a promoção humana⁸. Atualmente, a Cáritas

⁶ O Complexo Manguinhos é formado por 10 favelas, e grande parte dos moradores eram desempregados, existindo muita violência. A cooperativa de trabalho surgiu a partir de iniciativa da Fiocruz enquanto integrante da Campanha contra a Fome, sugerindo que os trabalhadores (moradores da favela) prestassem serviço de jardinagem à empresa. Hoje, ela é uma das experiências de cooperativa de trabalho com maior êxito e consegue ser mais competitiva que qualquer empresa capitalista (SINGER In: SANTOS, 2002a, p.120-122).

⁷ Trabalho similar aos Miniprojetos Alternativos da CNBB – Regional Sul 4.

⁸ As primeiras iniciativas no Brasil vieram da CNBB e da Cáritas Brasileira, em 1981, tentando emprestar dinheiro aos pequenos agricultores. Isso era para incentivar e fomentar a permanência de famílias no nordeste. As iniciativas se espalharam por todo o Brasil, e foram conhecidas como Projetos Alternativos Comunitários – PACs. Em Santa Catarina, a CNBB mantinha um programa similar denominado MPAs desde 1989. Essa experiência será tratada adiante (CARITAS BRASILEIRA, 2006; cf. SINGER, 2002, p. 122).



promove projetos sociais, dando ênfase à solidariedade libertadora, com o protagonismo dos excluídos. Seus recursos são gerados através de doações e campanhas. Essa instituição procura ter uma postura crítica e não meramente assistencialista, como nas décadas iniciais de seu surgimento no Brasil (SINGER In: SANTOS, 2002a, p.117-119; CNBB, 2006, p.45-66).

Mencionaram-se essas referências acima por serem as de maior destaque e contribuição para o surgimento da economia solidária, sem, no entanto, olvidar ou menosprezar o trabalho de tantas outras entidades espalhadas pelo Brasil, que procuraram levantar a discussão política em torno da problemática da fome, para a sociedade brasileira.

Outra maneira de entender economia solidária é o conceito de instrumento de **geração de emprego e trabalho**. Essa concepção surge por causa da crise do fordismo e da reestruturação produtiva, alimentadas pela globalização e políticas neoliberais, resultando no desemprego estrutural. A partir disso, a economia solidária passa a ser vista como política e instrumento de geração de trabalho e renda, principalmente pelo movimento sindical e popular. Uma dessas alternativas encontradas para garantir o emprego são as experiências autogestionárias a partir da falência ou da crise de empresas capitalistas, provocadas pela reestruturação produtiva e a globalização neoliberal, na década de 1990 principalmente.

Esse movimento autogestionário surgiu no Brasil como solução aos trabalhadores quando uma empresa entrava em processo falimentar. Por meio da intervenção do Sindicato, os trabalhadores conquistavam o patrimônio (a “massa falida”) dos antigos empregadores e se tornavam donos coletivamente da empresa, organizando-se em forma de cooperativa (SINGER In: SANTOS, 2002a, p.89).

Essas experiências autogestionárias nascem a partir do movimento sindical. “Em todos os casos de transformação de empresas falidas, ou em vias de falir, o sindicato dos trabalhadores teve de assumir a liderança do processo, apesar de não ser unanimemente aceita e compreendida, a economia solidária, no movimento sindical (SINGER In: SANTOS, 2002a, p.123).

Muitos sindicatos de trabalhadores ainda resistem a apoiar a economia solidária por vários motivos: comparam-na com uma forma de terceirização de mão-de-obra (cooperativas falsas) e também porque o trabalho assalariado é a base social dos sindicatos, ou ainda por alguns



compreenderem que as cooperativas eliminariam o caráter de classe trabalhadora (SINGER In: SANTOS, 2002a, p.124-125).

Rosângela N. de C. Barbosa corrobora nessa perspectiva crítica à economia solidária, compreendendo-a como mais uma das maneiras de precarização do trabalho. A qual serviria para ajudar o capitalismo a resolver o problema provocado pelas políticas neoliberais. Ela situa o nascimento da economia solidária no mesmo bojo das políticas de geração de trabalho e renda dos anos 1990⁹. A economia solidária representa assim ações individualizadas. Por outro lado, a autora admite que a economia solidária surge da ambigüidade das mudanças do capitalismo nos últimos 20 anos, que tendem a uma “nova cultura do trabalho como mediação educativa, centrada no homem e sua emancipação” (2006, p.101-109).

Uma terceira maneira de compreender a economia solidária é situá-la como estratégia de **desenvolvimento solidário e sustentável**: essa noção vem sendo respaldada atualmente nos debates, conferências, plenárias e ações públicas. Em parte tratou-se desse assunto no capítulo anterior. No Brasil, esse debate ganha força com a economia solidária ligada aos camponeses e às populações urbanas comprometidas com o consumo responsável e questões ambientais. Nesse sentido, as cooperativas de assentados e as experiências da agricultura familiar em agroecologia adquirem importância.

O avanço maior nessa compreensão está no Documento Final da I Conferência Nacional de Economia Solidária, que apresenta alguns fundamentos e o papel da economia solidária para a construção do desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo. Essas conclusões apontam para um novo modelo de desenvolvimento que “considera a centralidade da pessoa humana, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas às atividades econômicas” (BRASIL, 2006b, p. 60).

Uma quarta maneira de compreender a economia solidária é vê-la como estratégia para a **construção do socialismo**. A questão é polêmica,

⁹ Por exemplo, no Brasil, o seguro-desemprego surge em 1986 e é incluído na Constituição Federal de 1988. Em 1990 surge o FAT, com fonte no PIS/ PASEP: a idéia era de transformar os desempregados em empreendedores. Depois do FAT surge o PROGER, via instituições financeiras federais em 1993. Depois o pró-emprego de 1996, via BNDES. Hoje consiste em política de emprego o próprio auto-emprego. (BARBOSA, 2006, p.99-100)



pois, ao desejar ser “outra economia”, que não a capitalista, a economia solidária pretende ser economia socialista?

Para Claus Germer, a economia solidária quer mudar a economia capitalista “pelas beiradas”, e não por um enfrentamento mais direto. Por outro lado, a economia solidária não é uma experiência econômica ou economicista meramente, mas se constitui e se organiza também no campo político e social. Daí, a necessidade de a economia solidária articular-se com o movimento social no Brasil. Portanto, pretende-se até fazer a experiência embrionária de uma nova sociedade (2007, p.51-73).

O “Estado socialista dos trabalhadores” também merece ser avaliado historicamente nas suas contradições, pois foi ele que gerou o stalinismo, o poder burocrático, o “Estado total”, e não a socialização dos meios de produção, como Claus Germer parece conceber que seja socialismo. Uma política pública de economia solidária quer também acumular forças, para transformar o Estado e não apenas seguir a via econômica da construção socialista. Assim, o socialismo, que é compreendido como a tomada do Estado pelos trabalhadores e o principal agente da construção socialista, a partir do cooperativismo e da economia solidária ganha novas estratégias.

O que distingue esse novo cooperativismo é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. [Com o fracasso do socialismo, da social democracia, do Estado de Bem Estar Social] o foco dos movimentos emancipatórios voltou então cada vez mais para a sociedade civil. [Mas, apesar disso,] o avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público (SINGER, 2002, p. 111).

Por outro lado, Claus Germer critica as concepções de Paul Singer por este ver a economia solidária como estratégia para a construção da sociedade socialista e considerar a luta dos trabalhadores somente como luta autogestionária. A tentativa de Paul Singer, de teorizar a economia solidária com base em alguns elementos da teoria social marxista de ‘novo modo de produção’, ignorou a crítica marxista. Por isso, Claus Germer chega a duas conclusões:

1) A ‘economia solidária’ não é, ao contrário da pretensão de Singer, uma ‘criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo’. (...) O que os trabalhadores em luta contra o capitalismo



criaram, em quase duzentos anos de uma história riquíssima, foi em primeiro lugar o conceito rigoroso do socialismo como objetivo, cuja essência é a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a instituição da propriedade coletiva, e, em segundo lugar, a necessidade da conquista do poder de Estado.(g.n)

2) A cooperativa de produção, tida por Singer como protótipo da ‘economia solidária’, embora tenha surgido ao lado da sociedade anônima, como sintonia de uma nova realidade emergente no interior do capitalismo, é incapaz, como a própria sociedade anônima, de constituir uma via de superação do capitalismo (2007, p.72-73).

A partir do que foi exposto acima, a questão é saber qual socialismo a economia solidária quer construir? É o da estatização socialista, como foi o stalinista, implantado na União Soviética e demais países socialistas no século passado (o que Rosangela Barbosa e Claus Germer, como marxistas, parecem expor)? Será que a economia solidária não está propondo também “outro socialismo”? Nem todos os envolvidos em economia solidária fazem esse debate, porque não vêem a economia dessa forma. De maneira geral, os que a vêem como caminho para o socialismo, como Paul Singer, entendem que o socialismo da economia solidária conta com o Estado, como gestor da sociedade, mas também conta com o “mercado”, como responsável pela comercialização. Não necessariamente o mercado capitalista.

A partir dessas causas e concepções, acima expostas, pretende-se perceber e analisar, a partir de uma região, como elas se manifestam e como podem contribuir para outros parâmetros de organizar a economia.

2 Contexto da economia solidária na Região do Contestado

Quanto ao modelo alternativo de desenvolvimento regional no Contestado, as experiências de economia solidária obtiveram maior destaque, como já foi dito, a partir da década de 1990. Essas experiências surgiram, basicamente, a partir do trabalho dos movimentos sociais na região, principalmente com o programa de apoio aos Mini-Projetos Alternativos – MPAs da CNBB Regional Sul IV. Os MPAs trabalharam articulados com sindicatos de trabalhadores, com o MST, as associações de mulheres, as próprias comunidades locais e tantas outras, embora mantivessem autonomia organizacional e política.



No período de 1998-2008, foram vários os empreendimentos de economia solidária surgidos na região do Contestado, sem o apoio direto dos MPAs. Esses empreendimentos, em sua maioria, foram cadastrados no mapeamento do Sistema de Informações da Economia Solidária, SIES¹⁰, e outros não o foram por terem surgido recentemente ou terem sido apoiados no período anterior a 1998. Segundo pesquisa na base de dados do SIES, nessa região existiam 44 EES, em 2007, distribuídas diversamente em 15 municípios da região.

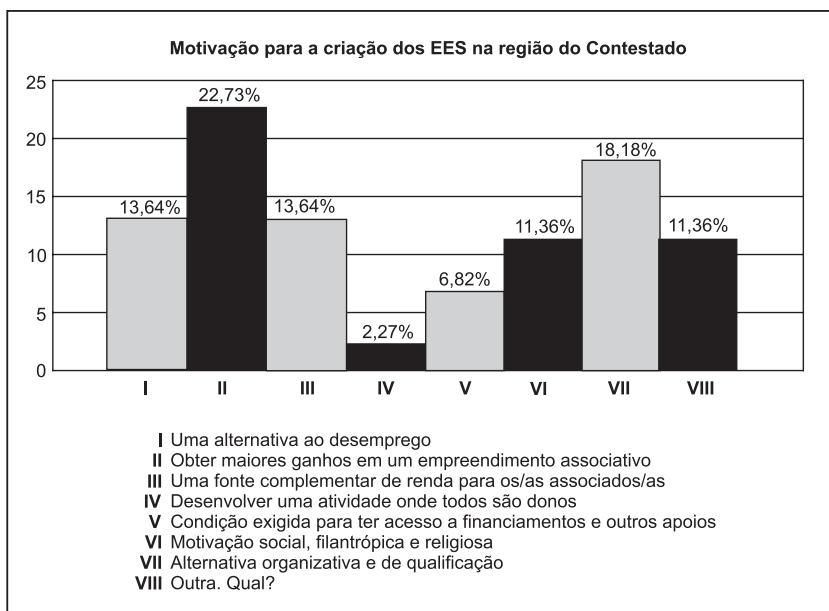


Ilustração 2: EES por Município da Região do Contestado – 2007

Fonte: Base de dados SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária)

Quanto às razões do surgimento ou motivações para a criação dos EES, revelaram-se bastante variadas, sobressaindo-se a superioridade da razão “para obter maiores ganhos” com o empreendimento associativo (22,73%); e como “alternativa organizativa e de qualificação” (18,18%).

¹⁰ Sistema de Informações da Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária, cf www.sies.mte.gov.br. Buscou-se também informações presentes no “Farejador” na página eletrônica: www.fbes.org.br



Nenhum empreendimento refere-se à empresa recuperada pelos trabalhadores (cf. Ilustração n. 2).

As atividades econômicas desses 44 EES concentram-se mais na produção agrícola e/ou produtos alimentares. Somente cinco (5) deles não têm atividades ligadas a produtos agrícolas, sendo, dois no artesanato e três no ramo de confecções. Há maior concentração da produção de hortifrutigranjeiros, e isso já revela um peso maior na questão da agroecologia.

Quanto aos participantes, no que se refere às questões de gênero, há uma predominância masculina em termos absolutos, na divisão por municípios e também por empreendimentos. Em apenas três municípios o número de mulheres é superior ao número dos homens, e em dois há igualdade de participação.

A partir da constituição do Fundo Rotativo dos MPAs, até 2008 foram apoiados 235 empreendimentos, no estado de Santa Catarina, beneficiando 709 famílias. Atualmente, esse Fundo possui um fluxo de caixa médio anual em torno de R\$ 50.000,00, o que possibilita a continuidade de apoio a esses empreendimentos. No total, no período da pesquisa, foram apoiados financeiramente 13 mini-projetos na região do Contestado.

Percebe-se que, para um valor de R\$ 45.200,24 foram apoiadas 96 famílias, o que representa uma média de R\$ 470,83 por família. O que chama atenção também é a baixíssima inadimplência das devoluções ao Fundo Rotativo, o que indica a possível viabilidade também econômica desses empreendimentos, também apontada na base de dados do SIES (Cf. Tabela n.1).

A partir dos 13 empreendimentos apoiados pelo fundo rotativo dos MPAs, na região do Contestado, conseguiu-se fazer esta pesquisa com *oito* empreendimentos mais *um*, que embora não apoiado, integra-se nas atividades e princípios de economia solidária. Esse foi escolhido também porque representa uma cooperativa a partir da perspectiva da reforma agrária, e de agricultores assentados. Quanto aos cinco restantes que não foram entrevistados: três deles passaram a integrar a nova cooperativa, e outros se desarticularam, meses depois do apoio¹¹.

¹¹ Essa pode ser considerada uma lacuna deste trabalho para futuros estudos e pesquisas.



Apresenta-se a seguir uma síntese dos principais depoimentos dos membros dos empreendimentos, obtidos nas entrevistas desta pesquisa.

TABELA 1: EES apoiados pelos MPAs na Região do Contestado – 1998 a 2008.

| Grupo apoiado | N. famílias | N. de pessoas | Homens | Mulheres | Ensino Fund. | Ens. Médio | Ensino Sup. | Empréstimo* RS |
|-------------------------------------|-------------|---------------|------------|------------|--------------|------------|-------------|------------------|
| AFAT – Arroio Trinta | 25 | 65 | 30 | 35 | 58 | 6 | 1 | 3.600,00 |
| Mini-Agroindústria - Porto União | 12 | 23 | 16 | 7 | 17 | 4 | 2 | 2.800,00 |
| Massas Val Verde - Arroio Trinta | 12 | 12 | - | 12 | 12 | - | - | 1.340,00 |
| Vida Nova – Caçador | 3 | 5 | 3 | 2 | 5 | - | - | 2.305,00 |
| Vida Com Saúde – Caçador | 4 | 10 | 4 | 6 | 10 | - | - | 2.115,00 |
| Apicultura – Arroio Trinta | 5 | 19 | 10 | 9 | 11 | 8 | - | 4.952,00 |
| Frangos Caipiras Irineópolis | 6 | 23 | 13 | 10 | 18 | 5 | - | 4.500,00 |
| Agrupar – Canoinhas | 5 | 15 | 7 | 8 | 12 | 3 | - | 4.888,00 |
| Le Soréle – Arroio Trinta | 3 | 3 | - | 3 | 3 | | | 3.000,00 |
| Agroecologia São Caetano – Macieira | 4 | 13 | 5 | 8 | 10 | 3 | | 2.090,24 |
| Coopertrinta – Arroio Trinta | 10 | 25 | 10 | 15 | 18 | 7 | | 4.950,00 |
| Amanhecer Crescendo – Salto Veloso | 3 | 8 | 2 | 6 | 7 | | 1 | 5.660,00 |
| ARP Vida – Matos Costa | 4 | 7 | | 7 | 7 | | | 3.000,00 |
| TOTAL | 96 | 228 | 100 | 128 | 181 | 36 | 4 | 45.200,24 |

Fonte: Coleta de dados dos formulários de MPAs. Elaboração: Roque A. Favarin.

*Os valores são nominais conforme o montante liberado do Fundo Rotativo dos MPAs.

3 O que dizem os trabalhadores da economia solidária

A seguir demonstra-se como os trabalhadores da economia solidária, entrevistados, entendem essa experiência. Para a realização das entrevistas seguiu-se um roteiro previamente estabelecido com diversas questões abertas. Primeiramente, procurou-se descobrir os principais motivos pelos quais surgiram os empreendimentos e quais eram as atividades exercidas pelos membros antes da integração ao grupo, e as atividades principais dos empreendimentos. Buscou-se perceber o que os



participantes indicam como melhorias ou perdas das condições de vida, depois de se terem envolvido no empreendimento coletivo.

Também questionou-se sobre dificuldades enfrentadas no começo da constituição do empreendimento e como as superaram. E, quais dificuldades encontram para continuar no empreendimento de economia solidária. Nas outras questões buscou-se identificar avanços (pontos positivos) que eles percebem, obtidos por seu empreendimento no nível local. E como a comunidade local (pessoas, políticos, entidades, empresas, etc.) compreende a iniciativa de economia solidária.

Por fim, uma questão tratava da gestão e administração do empreendimento, para perceber qual o seu grau de institucionalidade. Assim identificaram-se as principais contribuições da economia solidária para um novo desenvolvimento regional no Contestado.

Os resultados das entrevistas com participantes dos nove empreendimentos entrevistados são sintetizados nos itens abaixo.

3.1 Quanto às causas do surgimento do empreendimento ou da atividade

A maioria dos empreendimentos da economia solidária da região encontra-se vinculada à agricultura familiar. As respostas dadas se mesclam em causas relacionadas à atividade econômica alternativa ou à de associar-se no empreendimento, pois tanto uma quanto outra se apresentam como alternativas.

As causas relacionam-se às contradições do desenvolvimento regional hegemônico e vigente. Uma delas é que o modelo da integração às grandes empresas não garante renda “segura”, e se torna insuficiente para a vida das famílias. O sistema de integração, baseado na lógica do mercado capitalista e voltado para a exportação, exige cada vez mais dos agricultores “integrados”. Outra é o uso de agrotóxicos, principalmente os ligados à monocultura do fumo, ocasionando sérios riscos à saúde das pessoas. Isso acontece num processo lento, onde ambas as atividades são exercidas concomitantemente até o “convencional” ser deixado de lado.

Anteriormente os agricultores trabalhavam com fumo, sendo necessário um uso intenso de agrotóxicos. Para melhorar a qualidade de vida, tínhamos que buscar novos caminhos. Você está num trabalho e, mui-



tas vezes, acha que não existe uma saída. Mas depois vai conciliando, juntando um trabalho com outro, e percebe que há alternativas (Grupo Agroecológico São Caetano)

Destaca-se a importância de produzir ecologicamente para se evitar as doenças e garantir condições saudáveis.

Inicialmente plantávamos fumo, mas devido às doenças provocadas, fomos obrigados a ver outras formas. O químico [insumo e agrotóxico] prejudicava ainda mais. Uma pessoa do nosso grupo tinha problemas com a circulação [sanguínea] e quando vinha a época do fumo ele ficava mais doente. Parava mais no médico que na roça. (AGRUPAR)

Outros identificam que a causa principal em organizar-se como grupo de economia solidária foi viabilizar a comercialização dos produtos agrícolas.

A Coopertrinta apresenta essa mesma razão de seu surgimento, procurando vender seus produtos na região. A dificuldade em seguir os padrões da vigilância sanitária impedia a comercialização.

Também foi destacada a importância que teve o incentivo das entidades da sociedade civil e determinados órgão públicos, que apoiam a agroecologia e a economia solidária. Em quase todos os entrevistados foi salientado o engajamento e a participação em movimentos sociais, sindicais e comunitários.

Vale destacar também que a capacitação/participação em cursos profissionalizantes e técnicos contribuiu também para o seu surgimento, mas não foi destaque nas respostas da maioria e não a citaram como motivação inicial.

Como a maioria dessas iniciativas são ligadas à agricultura familiar, as causas reduzem-se à estratégia de geração de renda e produção agroecológica.

3.2 A gestão dos Empreendimentos de Economia Solidária

Sobre a gestão ou administração coletiva dos empreendimentos, a maioria deles possui algum registro legal¹². Como eles compõem-se de reduzido número de membros, a burocracia interna tende a ser mais simples e informal.

¹² Como estatutos, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, Livro-Ata, controles financeiros, etc. Alguns têm “um conselho administrativo e uma diretoria.



A Coopercontestado, por ter um número maior de sócios, exige uma organização melhor, e dentre os entrevistados, foi quem mais detalhou essa questão.

Existe a assembleia geral, onde se define quem são os coordenadores. A direção da cooperativa é feita por um conselho diretor, com membros representativos de cada assentamento. É discutido tudo o que tem de ser melhorado dentro da cooperativa. Todo o início de ano existe a assembleia ordinária e, se há sobras, a assembleia decide para onde vai, se é para investimento ou para divisão entre os sócios. A assembleia é que tem a autonomia de poder decidir. (Coopercontestado)

Por outro lado, em alguns empreendimentos, como na maioria dos que se configuram como associações, o caráter coletivo não está na gestão ou na propriedade comum dos meios de produção. E sim na compra coletiva de insumos e/ou na venda coletiva. Isso acontece principalmente quando os empreendimentos são constituídos de pessoas que não têm relações familiares próximas.

Em outros, as tarefas não são divididas internamente. “Fazemos um rodízio. Enquanto uns plantam, outros vão lá na Feira para vender, e assim fazem contato com o público. Desse modo, todos aprendem de tudo”.

Fazemos tudo aqui, produzimos e vendemos ao mesmo tempo. Temos que aprender um pouco de tudo. O que uma não sabe, procura-se discutir tudo junto. Quando há dificuldades, contamos com a ajuda do escritório contábil. (Le Sorele).

As respostas a essas questões das entrevistas revelaram poucas informações a respeito do assunto. Talvez, implicitamente, as questões internas sejam um desafio para os empreendimentos, pois a informalidade é uma de suas características. Também essa pode ser a lacuna em que as EAFs poderiam assessorar e contribuir. Algumas associações não falaram muito desse aspecto, pois as relações familiares presentes, as decisões e administração, tendem a ser mais informais.

3.3 O que melhorou na vida dos trabalhadores com a economia solidária

Procurou-se perceber nas entrevistas os impactos dessas novas formas de organização socioeconômica. Os depoimentos foram surpreendentes.



Minhas duas filhas [com famílias já constituídas] estão voltando para o projeto [empreendimento], deixando de morar na cidade. É um avanço o agricultor poder dizer que pode tirar seus filhos do emprego para vir à roça de volta porque aqui está melhor... Aqui você não paga o aluguel, a água, a creche para as crianças, e ainda tira o sustento (AGRUPAR)

São destacadas as melhorias na alimentação e na saúde do trabalhador.

Deixando de lado o fumo tem-se uma alimentação melhor, e não fomos mais ao hospital. Inclusive a renda financeira é maior do que quando se plantava fumo, com menos área plantada. Meus netos podem brincar à vontade aqui. Não temos aquela preocupação de uma vez, de toda hora ficar falando: 'cuidado, não mexa no veneno', 'cuidado com essa planta, tem veneno'. Quando uma criança ficava doente, a preocupação: será que não se envenenou? (AGRUPAR)

A maioria deu destaque para a conquista de autonomia, a superação de limites, a consciência coletiva. “Melhorou a consciência de muitas pessoas e a coragem de iniciar alguma iniciativa diferente na propriedade”.

Segundo um dos entrevistados, “melhorou e muito a vida do agricultor, pois hoje cada família conseguiu adquirir carros, tratores, casa nova...”. E “cada uma tem a sua renda. Ajudamos os filhos nos estudos”. Outro: “melhorou a renda e a autoestima dos participantes. Gerou emprego para as pessoas. Conseguimos acesso a crédito por estarmos organizados. E fizemos a vigilância sanitária atuar mais (sic)”.

Ninguém falou que essa nova forma de produzir levou a empobrecimento, ou redução da renda econômica. Nas respostas percebe-se o entusiasmo e alegria pelas conquistas que obtiveram e estão obtendo com estas novas formas de organização, por trabalhar e produzir autonomia e livremente.

3.4 Sobre as conquistas a partir da economia solidária

No conjunto das respostas pode-se dizer que existe um reconhecimento, pelos participantes, dos avanços, em no mínimo três aspectos: no campo econômico, nos aspectos organizativo/comunitário, e no cuidado com o meio ambiente.



Quanto aos avanços econômicos, foi dito o seguinte: “Deixando de lado o “fumo” [enquanto atividade econômica], temos uma alimentação melhor e não fomos mais ao hospital. Inclusive a renda financeira é maior e com menos área plantada”.

Também o “acesso a crédito foi mais fácil. Melhorou a renda dos participantes. Gerou emprego. Aumentou de produção e acesso a novos mercados. Novas vendas foram realizadas com a participação no PAA¹³. A venda coletiva tem vantagens no preço. Elimina o atravessador. E a facilidade em acessar programas e políticas públicas do governo estadual e federal. Gerou um novo aprendizado: como elaborar projetos”. Também destaca-se o trabalho diferente e alternativo; o despertar para o turismo rural; o resgate da cultura tradicional, a autoestima dos membros porque fizeram atividades diferentes e porque têm local para vender; e a valorização de produtos locais.

Além disso, acrescenta-se a busca da diversificação da produção e suas vantagens. “Hoje queremos melhorar a produção e educar o consumidor a consumir produtos saudáveis, e para isso fazemos feiras nos bairros. Produzimos sabão caseiro mais barato, sobrando recursos financeiros para comprar alimentos na feira”. (Entrevistada)

Quanto aos aspectos organizativos e comunitários, o maior avanço foi o de despertar para a consciência cidadã e a importância do coletivo.

Também os avanços são sentidos no “entorno” do empreendimento, como revela esta resposta dentre outras.

¹³ “O Programa de Aquisição de Alimentos é uma das ações do programa “Fome Zero” [do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS], cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. (...) O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade incentivo à produção e consumo do leite, cujo limite é semestral. (...) Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens. (Disponível em <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 31/03/2009).



A consciência de muitas pessoas e a coragem de iniciar alguma iniciativa diferente na propriedade. No início, a comunidade olhava para esse grupo de jovens [como quem] não tinham os 'pés no chão'. Três das quatro famílias deixaram de plantar fumo porque perceberam que dá para apostar em outra coisa, sem necessitar estar integrado numa empresa (APAECO).

Também os intercâmbios são entendidos como uma saída para fortalecer o grupo e fazer surgir novos grupos.

Um agricultor para outro passa mais fácil [as informações] do que um técnico. O técnico é mais formal. Tem palavreado do técnico que você não entende. Com vergonha de perguntar, acaba não entendendo. Hoje o técnico [que acompanha o grupo] tem linguajar mais compreensível. A gente não tem medo de perguntar. O coordenador da AFRUTA deu grande apoio no começo para nós aqui dessa maneira (AGRUPAR)

O apoio e a participação nas redes de economia solidária são salientados:

Com o apoio de um técnico e também [da inserção] na Rede Ecovida. A feira está ampliando o consumo. O produtor, que sabe como produz quem produz. Estão sendo promovidos encontros nos finais de semana, para os consumidores verem como se produzem as verduras... A idéia é criar grupos consumidores filiados à rede Ecovida. (AGRUPAR)

Alguns empreendimentos estão inserindo-se no PAA, para se fortalecer enquanto associação. “Este ano estamos entregando no PAA, na escola e no hospital”. (AGRUPAR) A participação nas instâncias e articulação das políticas de Território, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem suas vantagens, expressadas pela Coopercontestado. Nesse sentido, alguns empreendimentos também participam e acessam políticas públicas.

A noção do cuidado com o meio ambiente é assim descrita: “A alternativa ecológica vai protegendo o solo. Em vez de eliminar os micro-organismos do solo, vai sendo enriquecido. O próprio meio ambiente vai dando respostas e vai incentivando a continuar” (GA São Caetano). “Outro avanço é o de ajudar o produtor a parar de usar produto químico. Produzindo feijão orgânico, e o leite à base de pasto verde. Isso reverte em saúde para o agricultor e para quem vive na cidade [que vai consumir]”. (Coopercontestado). Na ARP-VIDA, de Matos Costa, foi apontada a



possibilidade de uma nova aprendizagem ecológica da população com a seleção do lixo.

3.5 Quais as dificuldades apontadas para estar na economia solidária

A concorrência e o individualismo são dificuldades e desafios permanentes, não somente na fase inicial dos empreendimentos. Haja vista que esses são os pilares subjetivos que mantêm a economia capitalista.

Dificuldades foram apontadas em relação ao poder público, da seguinte forma: “O que mais desanimou o grupo foi a burocracia para conseguir os recursos”.

O acesso a esses recursos, para que a cooperativa possa estar aumentando a produção lá nos próprios assentamentos. A maioria dos recursos é dos grandes bancos, onde existe uma burocracia muito grande... Enquanto cooperativa, temos buscado recursos em outras instâncias. (Coopercontestado).

Participação nas instâncias do Território do MDA tem suas dificuldades assim expressas:

No território (MDA) conseguimos aprovar alguns projetos. O território é uma política do governo onde os recursos são destinados a uma grande região e se tornam escassos para viabilizar uma grande indústria e fica dependendo de outros recursos [fontes]. A cooperativa já acessou um recurso, mas tem de deixar para outras associações e cooperativas da região. É uma disputa muito grande para poucos recursos. A demanda da região é grande. Não é só nós que precisamos, as outras também precisam (Coopercontestado).

Assim, a dificuldade de todos é “buscar apoio nos órgãos públicos para financiar a estrutura da cooperativa e a produção dos assentados. Buscar incentivos dentro da cooperativa para que se possa ter retorno na melhoria de vida dos sócios” (Coopercontestado).

Existem dificuldades em outros campos mais específicos da produção e do gerenciamento: “Tínhamos aquele medo: o cliente gostou e não retorna mais. No início, a dificuldade foi a de planejar a quantidade certa para vender, e não desperdiçar. Fomos aprendendo. Por exemplo: “fazíamos uma quantidade de pães e saía tudo. Fazíamos mais um e saía



tudo”. A inserção no mercado capitalista exige um sistema de cobrança de vendas a prazo. “Hoje, nossa maior dificuldade é porque alguns não pagam” (Amanhecer Crescendo). As dificuldades de transporte dos produtos devido às distâncias foram expressadas também.

3.6 Os impactos sentidos da economia solidária no local e na região

Quase todos falam da “loucura”, para os padrões dominantes, em começar um sistema novo de produção. A agroecologia e a economia solidária são ainda sinônimo de “atraso”. No início, a comunidade “chamou nós de louco, isso é para quem não gosta de trabalhar (sic). “Hoje a comunidade já olha diferente. As pessoas vêm aqui visitar e ficam admiradas. E no município, foi difícil de conseguir um espaço para realizar a feira (AGRUPAR).

No início nos chamaram de “loucos”. Mas aos poucos foram vendo que as formas que eles produziam, no convencional, provocavam erosão no solo. Enquanto o nosso solo [dos proprietários do grupo] enriquecia. Algumas famílias aderiram individualmente a esta forma alternativa [de uso do solo] embora ainda usem agrotóxicos (G. A. São Caetano).

Assim, quase todos os empreendimentos deram destaque para a produção ecológica e suas dificuldades em deixar o modo convencional de produção.

Outro impacto importante, na contra-hegemonia do modelo atual do desenvolvimento na região, é a valorização do campo como meio de vida, de sobrevivência. “Temos um jovem agricultor, do grupo, fazendo agronomia e aplicando conhecimentos aqui na lavoura” (G. A. São Caetano). “Duas famílias (filhas) estão voltando para o projeto, deixando de morar na cidade”.

As feiras são o espaço e o momento de maior destaque. Três grupos sobrevivem delas e as têm como principal meio de garantir a produção e o empreendimento. A Coopertrinta conseguiu um “ponto permanente” de vendas na cidade, com a “Casa da Agricultura”. São esses espaços que viabilizam os empreendimentos, porque garantem a venda, mas também outros elementos como a articulação dos empreendimentos, do produtor e do consumidor, do campo e da cidade. “Percebemos que a população quer saber qual a barraca que produz sem agrotóxicos, pois a feira é livre.



A Feira vai divulgando um produto que tem bastante aceitação, devido aos problemas de saúde da população” (AGRUPAR).

Os empreendimentos incentivam o surgimento de novos empreendimentos, nas comunidades vizinhas ou na região. “Outras comunidades também estão interessadas em entrar na nova forma de cultivar e produzir. Há novos grupos interessados, e vêm visitar (AGRUPAR). “Outros que foram embora da comunidade e já venderam [a propriedade], se arrependeram e querem voltar” (G. A. São Caetano).

Como síntese do que os empreendimentos conseguem quando encontram apoio: “Estamos criando uma nova cooperativa. Ela vai abranger todos da agricultura familiar, inclusive os que trabalham com o PAA. A Agrupar vai fazer a capacitação para outros grupos e agricultores, através de visitas e contatos diretos (Agrupar).

É necessário que os agricultores se organizem em cooperativas para conseguir buscar recursos para financiar sua produção. Povo organizado também tem mais força. Houve boa aceitação para organizar. Apesar de o governo apoiar tais iniciativas e a organização no campo, sabemos que o modelo do agronegócio no país dificulta que se permaneça na agricultura. Essa organização é fundamental para que o agricultor se mantenha no campo. A sociedade tem apoiado e incentivado a organização do trabalhador. (Coopercontestado).

O grande mérito está no que representou e representa em termos de melhoria da qualidade de vida para os integrantes do grupo e para a comunidade local e regional. Ressalta-se a produção de alimentos naturais, a reeducação de hábitos alimentares, e os benefícios para a saúde, principalmente pela redução do uso de agrotóxicos. Com a experiência acumulada por esses agentes e projetos, foi surgindo a idéia de construir uma articulação mais sólida entre os empreendimentos solidários, através de um fórum regional de economia solidária e realização de feiras. Criaram-se assim novos suportes institucionais.

As feiras são uma das oportunidades para comprar e vender produtos ou serviços dos empreendimentos. Mas também são oportunidades de partilha de experiências e de saberes, de formação e fortalecimento de redes. Também se inicia com isso um processo de reivindicação de políticas específicas para essa área, por exemplo, as cooperativas de crédito solidário e a possibilidade de créditos mais baratos nos órgãos oficiais.



4 Considerações finais

Não se pretende encerrar aqui o debate em torno da relação Economia Solidária e seus impactos para o desenvolvimento regional, pois isso remete a outros pontos de discussão para aprofundamentos posteriores. Apontam-se aqui algumas considerações que este estudo abre para futuras pesquisas e para atuação mais qualificada da economia solidária na construção de modelos alternativos de desenvolvimento.

Primeiramente, ainda hoje, percebem-se nessa região as consequências econômicas, políticas, sociais e culturais da época da guerra do Contestado e da repressão militar e política praticada. A vitória foi um grande massacre do Estado brasileiro, que preferiu gastar mais com armas a atender os interesses da maioria da população local (os caboclos), por um pedaço de chão e um espaço para viver livre e dignamente. Uns morreram vítimas da violência militar e outros, vítimas da fome. Claro está que os caboclos não lutaram pelo título de posse da propriedade da terra, porque não pensavam como o modelo capitalista: como propriedade individual e como mercadoria, mas, como meio e sustento da vida, como valor de uso. Também, percebiam que as riquezas naturais, principalmente as florestas, estavam sendo destruídas gananciosamente e levadas para o estrangeiro a qualquer preço.

A agricultura familiar, modelo dos colonos imigrantes no pós-guerra, vem perdendo espaço há mais de 40 anos e foi subordinada ao modelo da monocultura florestal, ao sistema de “integração”, enfim, ao agronegócio. Embora permaneçam ainda traços agrícolas como identidade da região, houve um grande êxodo rural, e atualmente está ocorrendo nova evasão da população para outras regiões. Os incentivos empresariais e governamentais para a plantação de mata não-nativa de *pinus* e eucalipto, vai ocupando esse “esvaziamento” territorial, gerando novos problemas ambientais, pouco conhecidos ou divulgados.

O modelo de desenvolvimento capitalista implantado na região caracteriza-se pelo agronegócio e continua beneficiando cada vez menos gente e mesmo o conjunto da própria região. O uso intensivo de produtos químicos e de agrotóxicos em todas as etapas do processo de produção, inclusive em grande parte da agricultura familiar, vem piorando as condições sócio-ambientais. Assim, esse modelo provoca um desenvolvimento regional desigual.



Começa-se a descobrir formas de substituição do cultivo do fumo pelos grupos agroecológicos pesquisados. Nos outros setores agrícolas, porém, percebe-se ainda muito forte o monopólio e o controle de grandes empresas agroindustriais, seja nos insumos fornecidos, nas técnicas sofisticadas de criação dos animais, nas exigências sanitárias dos órgãos estatais e nos preços instáveis determinados apenas pelas grandes agroindústrias e o mercado financeiro, etc. Esses fatores acabam inviabilizando a busca de associações ou grupos de economia solidária.

Na Região do Contestado, as experiências de economia solidária, a partir da pesquisa realizada, têm a principal contribuição como estratégia de construção de um “novo” desenvolvimento regional, com uso correto do meio ambiente e respeitoso do ser humano. Também, se pensarmos a contribuição da agroecologia para um consumo saudável de alimentos, a economia solidária na região pode contribuir para a redução da fome e garantir a segurança alimentar. Outra contribuição, não tão explícita, é na geração de emprego e renda. A contribuição, não no emprego de forma assalariada, mas no trabalho cooperativado. Essa riqueza gerada não conta para gerar capital, mas conta para gerar um novo modelo de desenvolvimento. Ela fortalece relações solidárias, iniciativas comunitárias de combate à miséria, alternativas de geração de trabalho e renda, propicia produção de bens “limpos” e saudáveis, como os alimentos agroecológicos, e a construção de um desenvolvimento sustentável na prática. Esta é a principal contribuição da economia solidária atualmente.

Nesse sentido, a economia solidária, na região, em que pesem as dificuldades, contribuiu por práticas transformadoras na superação da exclusão social provocada pelo modelo hegemônico, o capitalista. No entanto, a construção da sociedade socialista não transparece ser a razão e o principal motivo de esses empreendimentos organizarem-se solidariamente. Isso, talvez, porque não foi a preocupação primeira desta pesquisa.

Os empreendimentos solidários na região, mesmo com as dificuldades citadas neste trabalho, têm dado alguns passos significativos. Representam propostas concretas na busca pela cidadania e sobrevivência dos mais empobrecidos; na descoberta de formas alternativas para o desenvolvimento de atividades econômicas; na construção de um processo comunitário, como “sementes” de novos modelos de desenvolvimento regionais ou de uma economia a serviço da Vida. Demonstram a possibilidade concreta de um desenvolvimento regional que não o capitalista, o



baseado na lógica do mercado ou da globalização neoliberal, mas o alternativo, onde se articula o local e o global, o social e o natural, o tradicional e o inovador. Ou seja, o desenvolvimento que supera os fundamentos propostos pelo padrão capitalista. Aquele, valoriza a solidariedade e a sustentabilidade e a Vida, em troca da exploração ilimitada deste.

A continuidade e o fortalecimento de outros paradigmas de desenvolvimento regional como o solidário sustentável, depende da articulação dessas iniciativas em rede; do apoio de políticas públicas à economia solidária e às outras experiências territoriais, sociais e ambientais alternativas; e do fortalecimento dos movimentos sociais na região. Entidades da sociedade civil têm um papel fundamental a ser retomado e fortalecido na região quanto a esse aspecto. Os empreendimentos solidários, por si só, não conseguirão ser uma alternativa de desenvolvimento, de transformação regional, enquanto permanecerem como experiências isoladas ou apenas como “indicativas” de um modelo novo. Assim, eles não conseguirão reduzir os impactos ambientais e sociais do modelo capitalista, o dominante. Pois, como demonstrado aqui, esses empreendimentos também estão, não só comercializando, mas, acima de tudo, interagindo e sofrendo influências do próprio modelo hegemônico: o capitalista. Este tende a sufocar ou cooptar as experiências alternativas, provocando seu desaparecimento ou sua descaracterização. Em suma, a capacidade “alternativa” deve vir aliada com a capacidade “alterativa”, isto é, a de alterar a região e os fundamentos e processos históricos do desenvolvimento hegemônicos.

Abrem-se, a partir daqui, novas possibilidades de pesquisa, reflexão e aprofundamento maior. Restam, entretanto, ainda lacunas no campo teórico e prático da relação entre o desenvolvimento solidário sustentável e a influência da história do Contestado, atualmente. Além disso, poderá ser incentivado um aprofundamento sobre as estratégias para a construção de tal modelo alternativo.

Referências

BARBOSA, Rosângela N. de C. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: VV.AA. *Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 6, p.90-129.



BRASIL. *I Conferência Nacional de Economia Solidária: Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. Anais, Brasília: MTE, SENAES, 2006b.

BRASIL. *Atlas da economia solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES, 2006a.

CÁRITAS BRASILEIRA. *Desenvolvimento Solidário e Sustentável*. Cadernos Cáritas n. 6; Brasília: Cáritas Brasileira, 2005.

CÁRITAS BRASILEIRA. *25 Anos de Economia Popular Solidária*. Série Cartilhas. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006.

CNBB. *Cáritas Brasileira 50 anos promovendo solidariedade*. Col. Estudos da CNBB n. 92, São Paulo: Paulus, 2006.

FAVARIN, Roque A. *Contribuições da economia solidária para o desenvolvimento recente na região do Contestado*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2009.

FBES. *Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária*. Documento-Base para as Plenárias Estaduais. 2007. Disponível em www.fb.es.gov.br

GAIGER, Luiz Inácio (org). *Formas de Combate e Resistência à Pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

GERMER, Claus. A “Economia Solidária”: Uma crítica marxista. *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*. Curitiba: UFPR, n.1, 2007. Disponível em http://www.itcp.coppe.ufjf.br/hotsite/Revista_Direito_Cooperativo_2.pdf.

NOVAES, Henrique T. Lições do debate entre os defensores da estatização sob controle operário e da autogestão. *Otra economía*. www.riless.org. Vol II; n.2; 1º sem 2008. p.68-85.

PAULI, Jandir. *O poder nas redes de economia solidária*. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

QUEIROZ, Maurício V. de. *Messianismo e conflito social*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1977.



SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para Viver: Os caminhos da Produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SCHIOCHET, Valmor. *Esta Terra é minha terra: Movimento dos desapropriados de Papanduva*. Blumenau: Ed. da FURB. 1993.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

VALENTINI, Delmir J. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*. Caçador: Universidade do Contestado, 1998, 192p.

Endereço do Autor:

Cáritas Brasileira Regional SC
Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524
Pantanal
88040-001 Florianópolis, SC